

## O FLORESCIMENTO DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA

RONIE ALEXSANDRO TELES DA SILVEIRA

Bacharel em Filosofia, Mestre em Filosofia Transcendental e Dialética e Doutor em Psicologia  
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB  
roniefilosofia@gmail.com

**RESUMO:** Utilizo dois eventos recentes para caracterizar as principais disposições da subjetividade contemporânea: o movimento *Ocupe Wall Street* e o site *WikiLeaks*. Eles tornam evidente um conflito existente dentro da cultura democrática contemporânea. Esse conflito diz respeito à reivindicação crescente de valor por parte do indivíduo. Na situação atual, há uma tendência a que o indivíduo reabsorva a independência da esfera política e passe a avaliar as questões éticas exclusivamente com base nos valores que possuam conexões com o âmbito individual. Em um futuro próximo, o campo de disputa para a consolidação dessa cultura democrática internacional plena seguramente será o ciberespaço.

**Palavras-chave:** Subjetividade; Contemporaneidade; Estado; Democracia

**ABSTRACT:** I use two recent events to characterize the contemporary subjectivity: the movement Occupy Wall Street and the site WikiLeaks. They make clear an existing conflict within the contemporary democratic culture. This conflict concerns the claim by increasing the value of the individual. In the current situation, there is a tendency for the individual reabsorb the political sphere and pass to evaluate the ethical issues solely based on individual values. In the near future the playing field for the consolidation of a democratic international culture is cyberspace.

**Keywords:** Subjectivity; Contemporary; State; Democracy

Elaborar um panorama do estado atual da subjetividade contemporânea seria uma tarefa destinada ao fracasso se tal quadro pretendesse apresentar uma descrição exaustiva da situação em um espaço tão restrito. Dessa forma, vou utilizar dois acontecimentos contemporâneos que me parecem expressivos com relação à situação atual da subjetividade. Trata-se de acontecimentos largamente noticiados pelos meios de comunicação cuja familiaridade certamente facilitará a apresentação dos aspectos que me interessam.

Os dois exemplos que utilizarei são o do site *WikiLeaks* (WL) e o do movimento *Ocupe Wall Street* (OWS). Embora não se tratem de eventos que tenham ocorrido no Brasil, acredito que eles fazem parte do ambiente contemporâneo internacional do qual participaremos cada vez mais nos próximos anos. Essa participação crescente é perceptível pelo nosso ingresso gradual na economia e na política global a partir de um ordenamento político democrático. Assim, entendo que o quadro que será delineado é importante para

nós, porque ele constitui o panorama geral das democracias ocidentais atuais e do sistema do capital transnacional – onde o Brasil está se inserindo.

O movimento OWS começou em 17 de setembro de 2011 e se caracterizou como um movimento de mobilização espontânea, sem conexão direta com partidos políticos, associações comunitárias ou igrejas. Sua atividade principal foi a ocupação pacífica da Praça Zuccotti em Manhattan, localizada no coração financeiro de Nova York. Depois disso, ocorreram réplicas do movimento em várias cidades ao redor do mundo, com maior ou menor intensidade. O propósito do movimento era o de chamar a atenção para o que se considera ser o excessivo ganho do sistema financeiro em detrimento das atividades produtivas e da remuneração dos trabalhadores.

O site do movimento explicita algumas diretrizes que possibilitam entender seus objetivos básicos. Nele se afirma a existência de injustiças perpetuadas pelas elites políticas e econômicas do nosso tempo: os 1% que controlam grande parte da riqueza do mundo. Os participantes do OWS se descrevem como os demais 99% da população que são seres políticos autônomos dispostos a construir a solidariedade baseada em “respeito mútuo, aceitação e amor” (OWS, 2012, p. 1). Na chamada “Declaração de Solidariedade” o movimento afirma o valor da democracia direta e a “santidade da privacidade individual” (OWS, 2012, p. 1). Em outro documento intitulado “Afirmção de Autonomia”, a ênfase acerca do caráter privado do indivíduo leva o movimento a encorajar os participantes que estão engajados como representantes de qualquer entidade a abandonarem-na imediatamente e manterem sua participação estritamente como indivíduos privados.

O movimento é especialmente enfático quando defende a extinção da personalidade jurídica corporativa. Ele entende que as corporações, ao serem dotadas de personalidade legal, constituem-se como ameaças para um “autêntico autogoverno democrático” (OWS, 2012, p. 1). Trata-se, portanto, de afirmar que apenas os seres humanos são pessoas legítimas do ponto de vista jurídico. As corporações são ficções legais e não personalidades autênticas. Dessa forma, a única fonte real de poder são os seres humanos.

Como as corporações não são mencionadas na constituição americana, nem o povo concedeu legitimidade a elas por meio de qualquer delegação, a personalidade corporativa é entendida como uma apropriação indevida desse poder popular. Para o movimento, essa apropriação ilegítima tem produzido um desequilíbrio no campo político, permitindo que as corporações influenciem as eleições, a escolha de candidatos e outras decisões políticas. Entende-se que a concessão de personalidade jurídica às corporações implica em desequilíbrio nas regras do jogo democrático.

Dessa forma, os membros do movimento acreditam que reconhecer a personalidade de uma corporação é “fundamentalmente imoral e uma ameaça às pessoas reais, a todas

as formas de vida e ao planeta.” A personalidade corporativa seria “incompatível com a democracia e com a soberania individual” (OWS, 2012, p. 1) porque estaria desvirtuando o uso legítimo do poder ao mesmo tempo em que o canaliza para seu próprio benefício.

Uma das características marcantes do movimento OWS é sua falta de liderança e o fato de ter se dissolvido sem tentar se estabelecer como uma plataforma política de longo prazo. Isto é, o movimento acabou quando as pessoas foram retiradas da Praça Zuccotti. Na verdade, o movimento foi replicado em várias localidades ao redor do mundo, mas mesmo assim não se institucionalizou nem se enraizou no sistema político existente. Nessas reaparições, ele reduplicou sua própria volatilidade. Como enfatizarei abaixo e ao contrário do que vem afirmando alguns analistas (ARAÚJO, 2011), isso não é um defeito do movimento e sim uma de suas expressões mais genuínas.

O movimento OWS se organiza a partir de um postulado ontológico: tudo o que existe são os indivíduos particulares, só eles são pessoas de fato. Portanto, só elas possuem direitos jurídicos e legitimidade política e apenas o possuem porque são seres humanos. Elas não derivam essa condição política de nada além dessa constituição ontológica, independentemente de tudo o mais que as cerca. E é exatamente por isso que as corporações são compreendidas como tendo uma falsa personalidade ou uma personalidade ilegitimamente derivada dessa base ontológica individual.

Essa maneira de pensar implica afirmar que não é por meio de sua relação com o Estado que o indivíduo obtém seus direitos políticos. A relação de pertencimento do homem a um Estado que funcionava como garantidor de direitos parece não valer mais nesse contexto contemporâneo. Na prática isso significa que o indivíduo já não necessita do reconhecimento do Estado para existir plenamente (READINGS, 1996). Ele existe e vale por si mesmo apenas porque é um homem. Ele não sente a necessidade de buscar uma conexão especial com alguma fonte externa e superior de valor, da qual ele pudesse derivar a dignidade humana. A subjetividade contemporânea não necessita mais de uma justificação política exterior, ela não requer para si o pertencimento a um Estado para afirmar sua validade. Ela existe plenamente sob a forma de um indivíduo autônomo sem sentir a necessidade de se tornar cidadã de um Estado particular.

Observe que o propósito do movimento não é o de reconectar o sistema de representação política com essa base ontológica individual. Pelo contrário, suas alegações são feitas no sentido de demonstrar como a totalidade do sistema político é uma ficção sem legitimidade. A defesa do fim da personalidade jurídica das corporações não é o único alvo do movimento, embora seja seu alvo mais explícito. Isso certamente ocorre em função da crise financeira atual e da facilidade de se mirar os lucros gerados pelo movimento especulativo do capital transnacional, facilitados pela volatilidade digital.

O que me parece que o movimento visa de maneira menos explícita, mas filosoficamente mais significativa, é o âmbito das relações políticas representativas tradicionais. De sua perspectiva, trata-se de um estrato fictício do mundo humano, uma apropriação injustificada da substância política do indivíduo. Apropriação que só pode gerar injustiça pela sua própria constituição ontológica ilegítima e de segunda ordem. Assim, “Ao não fazer demandas ao estado, os movimentos ‘ocupe’ tentam evitar o risco de postular a categoria do estado como sendo o espaço essencial em que a política deveria ocorrer.” (KIERSEY, 211, p. 2). Isto é, o OWS pretende que a política se desenvolva fora do âmbito das relações políticas tradicionais.

Nesse sentido, as relações políticas representativas são entendidas como havendo constituído um modo de operar que se volta contra seu próprio criador. A injustiça, nesse caso, não decorre de uma má orientação do sistema atual de representação e sim da sua própria essência derivada e vampiresca. As relações políticas são essencialmente viciadas porque elas retiram sua energia vital da soberania individual. Do ponto de vista ontológico, elas não subsistem por si próprias e sua verdadeira essência vem da expropriação política do indivíduo.

A denúncia que o movimento faz dessa alienação política do indivíduo é proporcionalmente equivalente à denúncia que Feuerbach (1841/1989) fez de Deus, demonstrando como ele retirava suas virtudes da base antropológica. Assim, a proporção deve valer também para a solução do problema: se a libertação do homem só virá quando ele reconhecer Deus como um homem hipostasiado, a libertação da subjetividade contemporânea só ocorrerá quando ela reconhecer que tudo o que há no mundo político é somente expressão de sua subjetividade. Isto é, quando o indivíduo reconhecer-se e viver plenamente como um indivíduo autônomo sem a necessidade de prestar contas a qualquer instância superior de poder.

Podemos compreender melhor essa reivindicação de um maior valor para a autonomia individual como uma expressão do um projeto histórico ocidental de matriz cristã. Grosso modo, a história da Civilização Ocidental é marcada pela valorização crescente do indivíduo. Esse valor foi inoculado na cultura pelo Cristianismo quando este afirmou que a vida autêntica implicava uma relação direta com Deus, independente da conjuntura política e social existentes. Isto é, que todos podemos igualmente entrar no reino de Deus. Foi esse princípio que dissolveu as estruturas de vida comunitária tradicional no Império Romano e estipulou que o sentido da existência humana se definia por meio da conexão direta entre o indivíduo e Deus. A Reforma do Cristianismo intensificou ou fez reviver essa intenção original, reforçando a demanda contra os sistemas institucionais de mediação criados pela Igreja Católica. A relação positiva entre a autonomia individual e os valores da Reforma foi

destacada por Hegel (1827/1988) ao afirmar que não é possível realizar uma reforma política sem uma reforma religiosa.

Nesse sentido, a crítica ao caráter fictício da personalidade corporativa deve ser compreendida no contexto de reivindicação de intensificação do valor cristão ou democrático inoculado na cultura ocidental. Se as relações políticas e suas instituições são resultado de atividade humana expropriada e sedimentada no exterior, se trata agora de fazer com que elas retornem à sua fonte original: ao próprio indivíduo. Trata-se de reabsorver a instância política (LIPOVETSKY, 1987) ou de restituir ao indivíduo sua vida alienada. O indivíduo, ao se reconhecer como criador, deseja subjugar a criatura que se rebelou e constituiu um mundo independente que o escraviza. Toda forma de vida que se exteriorizou deve ser, agora, interiorizada de maneira a restituir ao indivíduo sua vida plena. Trata-se, portanto, de fazer expandir a dimensão individual através da reapropriação de sua vida expropriada e objetivada.

A afirmação do caráter imoral da personalidade corporativa implica que o indivíduo passa a julgar o que é ético a partir de seu próprio ponto de vista subjetivo. Isto é, a moralidade não é mais a adequação a um sistema de valores independente dos indivíduos - como são os costumes sociais vigentes, por exemplo. Só possui moralidade aquilo que puder ser compatível com os valores aceitos pela individualidade autônoma.

Dessa forma, os ganhos do sistema financeiro podem ser caracterizados como “imorais” porque não são derivados da economia real e do trabalho dos homens e representam uma ameaça aos valores democráticos. Eles são imorais porque drenam a energia e os recursos da economia real para a especulação e criam um mundo paralelo que se vira contra os homens. O entendimento de que a atividade financeira implica na corrupção do empreendimento produtivo e do trabalho possuem raízes antigas no sentimento americano (JICKLING; HOSKINS, 2012). Jefferson (1829, p. 58) afirma que “retirar nossos cidadãos das atividades de comércio, manufatura, edificações e outros ramos da indústria útil, para ocupá-los e a seus capitais em uma espécie de jogo destrutivo da moralidade” significaria introduzir “o veneno no próprio governo”. Não é outro o entendimento do OWS: “o governo se tornou fonte de proteção dos subsídios de Wall Street” (VAN GELDER, 2012, p. 4) impedindo que o mundo funcione bem para 99% da população.

A imoralidade se encontra justamente no aspecto fictício da ontologia das corporações e do capital especulativo. O povo nunca concedeu personalidade a corporações, portanto elas não derivam sua legitimidade dessa base ontológica. Elas são ficções que drenam de maneira injustificada a força do trabalho e do capital produtivo.

Se o sistema político representativo nunca solicitou autorização direta às pessoas para falar em nome delas, ele é imoral na mesma medida. Se o Estado nunca submeteu sua

legitimidade a uma concessão explícita de poder por parte do povo, então ele também é imoral. Como Nietzsche (1878/s. d.) havia previsto, o desenvolvimento da cultura democrática e a valorização da autonomia individual conduzem a uma crise de legitimidade do Estado. O caso *WikiLeaks* (WL) nos permite tornar mais claro o aspecto da decadência do Estado diante da cultura democrática contemporânea.

O WL é uma organização da sociedade civil transnacional cujo site publica documentos secretos e sigilosos envolvendo atividades de empresas e governos de todo o mundo. O site foi lançado no final de 2006 e em novembro de 2007 já havia publicado 1,2 milhão de documentos e causado constrangimentos diplomáticos e empresariais de toda ordem. Bancos e governos foram obrigados a dar explicações sobre fatos mantidos em segredo ou referências pouco polidas a países e estadistas estrangeiros.

Uma das mais importantes divulgações feitas pelo WL ocorreu em abril de 2010. Trata-se de um vídeo em que um helicóptero Apache americano mata pelo menos 12 civis em um subúrbio de Bagdá, durante a ocupação do Iraque. Entre elas haviam 2 repórteres da Agência Reuters que caminhavam pela rua com suas câmeras, grosseiramente confundidas pelo exército americano com fuzis AK47 e com um lança-granadas. Depois da primeira rajada de fogo disparada pelo Apache, uma van estaciona e um civil desarmado começa a recolher um dos feridos, mas uma nova rajada termina com a tentativa de resgate (COLLATERAL MURDER, 2012). Na van havia duas crianças que também foram atingidas. Posteriormente, a agência Reuters solicitou acesso ao vídeo, feito por um segundo helicóptero, com base na lei de liberdade de informação americana, mas o exército negou-se a fornecê-lo. Somente com seu vazamento pelo WL, o vídeo tornou-se público.

No site também pode ser encontrado o manual de instruções para tratamento dos prisioneiros da prisão americana de Guantánamo, localizada em território cubano. A prisão ficou conhecida pela sistemática infração aos direitos humanos dos prisioneiros desde o governo de George Bush e suas atividades estão sendo encerradas por Barack Obama.

Há especulações de que o WL conte com a colaboração esporádica de aproximadamente 2000 pessoas. Seu quadro efetivo é de menos de 10 funcionários, incluindo o editor Julian Assange. Esse último está sendo processado na Suécia por assédio sexual e há indícios de que o governo americano prepara sua deportação e julgamento por espionagem (STERNER, 2012). O militar americano Bradley Manning, suspeito de haver vazado o vídeo do Apache para o WL, está preso, sem julgamento e incomunicável há dois anos.

O que leva um grupo de pessoas de várias nacionalidades diferentes a se mobilizarem para tornar públicas atividades de governos e empresas é justamente o fato de que elas não parecem ser morais aos seus olhos. Isto é, as pessoas possuem a percepção de que os Estados e o sistema financeiro transnacional cometem crimes que são legitimados pelo *status quo*

jurídico.

De maneira tradicional, entendemos que um crime só existe como infração a uma lei ou regra. Assim só haveria crimes no interior de Estados, na medida em que se estabelecer um confronto entre um fato particular e as leis existentes em um sistema jurídico. Ou seja, de uma perspectiva tradicional nenhum Estado pode ser considerado criminoso ou imoral, justamente porque se reconhece que há uma lógica própria que regula suas atividades e que é distinta da moralidade individual. Como ele não está submetido a um sistema jurídico, suas ações não podem ser condenáveis – porque não há critérios independentes para isso. Nesse espírito, observe que nem mesmo o Tribunal Penal Internacional tem o poder de julgar Estados, apenas indivíduos. Erich Honecker, o último presidente da Alemanha comunista foi perseguido e preso depois da queda do Muro de Berlim, mas a Alemanha Oriental jamais foi acusada de qualquer crime.

É o reconhecimento de que há um modo de operação diferente do regramento da moralidade individual que permite que um Estado declare guerra, que ele possa fazer prisioneiros sem seguir o processo jurídico convencional e que torture para obter informações. Nas democracias ocidentais, todas essas ações são vedadas no plano individual: uma pessoa não tem o direito de agredir outra, ninguém pode ser aprisionado sem um processo jurídico adequado nem pode ter a privacidade do seu corpo ofendida pela força bruta.

De uma perspectiva tradicional se afirma que o funcionamento de determinadas atividades corporativas e estatais seguiriam regras autônomas e distintas daquelas que regem a moralidade privada. Elas existiriam numa instância extrajurídica, por assim dizer. Dessa forma, esse ponto de vista afirma que há pelo menos dois planos da moralidade: uma dos indivíduos particulares e a outra das pessoas jurídicas – o Estado e as corporações internacionais, essas últimas catapultadas pela volatilidade digital do capital.

O importante, nesse caso, é que se reconhece a legitimidade de que uma esfera de atividades desvinculadas do indivíduo possa instituir seus próprios valores de maneira independente. Isto é, que existem valores legítimos que transcendem a esfera individual e que são distintos dela. Desse ponto de vista, apenas um ingênuo que não faz essa distinção entre duas modalidades de moralidade e não compreende sua sutileza requer que Estados e corporações sejam éticos, no mesmo sentido em que os indivíduos deveriam sê-lo.

A esse respeito, a perspectiva do WL é expressa pela seguinte afirmação de Assange: “Imagine um mundo onde as empresas e o governo devem manter o público, ou seus empregados, ou ambos, satisfeitos com seus planos e seu comportamento” (SINGEL, 2008, p. 1). Dessa forma, o WL incorpora justamente a negação do reconhecimento daquela dupla moralidade. Sua atividade de tornar públicos documentos secretos implica em afirmar que não se reconhece mais a autonomia de uma moralidade não subordinada ao indivíduo.

Trata-se da cassação dos direitos do Estado em constituir para si um sistema de regras próprias, uma moralidade independente, uma esfera de valores autônomos. O indivíduo contemporâneo se coloca na posição de avaliar a moralidade do Estado a partir de seu próprio ponto de vista individual, sem nenhum tipo de apoio externo. O que o WL pretende é tornar público o caráter imoral da atividade de Estados e corporações a partir desse ponto de vista individual. Essa ideia está expressa na afirmação de espírito democrático de que os cidadãos “só podem dar consentimento significativo se eles forem plenamente informados sobre as ações de seu governo.” (CARTA ABERTA..., 2011, p. 1). Sem transparência completa não pode haver legitimidade.

Certamente isso é feito não mais a partir da base da própria moralidade estatal, sob a forma de uma correção ou reforma dos valores distorcidos dessa esfera. Trata-se de afirmar que a totalidade do mundo político transcendente e sua moralidade autônoma não têm mais direito à existência. A partir de agora, tudo deve se subordinar ao consentimento expresso dos indivíduos, na medida em que eles se colocam na posição central com relação a todos os valores. Nada pode ter valor que não tenha sido explicitamente transferido pelo indivíduo e que não possa ser cancelado em função de sua vontade flutuante.

O vazamento de um conjunto de comunicados de embaixadas ao governo americano, conhecido como *Cablegate*, propiciado pelo WL, causou uma série de constrangimentos diplomáticos. Alguns autores sugerem que o *Cablegate* indica o fim do atual sistema de funcionamento da diplomacia clássica baseada nos princípios da *Realpolitik* (STEINMETZ, 2012), isto é, o fim de uma política internacional de matriz maquiavélica, baseada exclusivamente no interesse particular de cada nação e marcada pela hipocrisia generalizada (HOOD, 2011). Assim, a demanda por comportamento ético de Estados deixa de ser uma manifestação de ingenuidade na medida em que se trata de que o indivíduo reivindique a tomada de legitimidade das mãos do sistema de valores autônomos.

Sem perceber que se trata de uma demanda nova, alguns analistas, como Celso Lafer, acreditam que alguma dose de discrição é necessária quando se trata de relações internacionais e que, portanto, a hipocrisia constitui uma parte essencial da diplomacia. Nesse caso, trata-se da “contenção da instantaneidade da transparência democrática, em função de válidos interesses de boa-fé dos Estados.” (LAFER, 2012, p. 5) ou de que “nas relações internacionais, o segredo é justificável.” (SCHACKEL, 2012, p. 1).

Independentemente dos eventos subsequentes que ocorrerão com o WL e seu editor, o fato é que o site é uma manifestação explícita da vontade da subjetividade contemporânea de reabsorver o mundo político e impedir que sua criatura viva uma vida independente. A atividade política democrática não se encontra mais expressa em uma participação na instância representativa ou através do voto, a partir da constatação de

que há interferências corporativas e estatais no jogo democrático, de tal forma que ele é constantemente desvirtuado. A reivindicação de legitimidade moral por parte do Estado, distinta daquela que os indivíduos possuem, soa como uma tentativa de rebelião ilegítima.

Embora o WL pareça estar com os dias contados, o sentido de sua atividade não parece perder força. Pelo contrário, ele representa uma onda de mudanças que liberam o indivíduo de sua conexão com o Estado e dão a esse último o poder de se insurgir contra o constrangimento das instituições sociais tradicionais. O ciberespaço potencializa essa insurgência na medida em que permite que o indivíduo tenha um campo de atividade política participativa diversa do sistema representativo convencional em que ele apenas delega poder. Ele amplia a possibilidade de uma sociedade “descentralizada, transparente e radicalmente aberta” (STERNER, 2012, p. 3) como são as redes digitais.

O debate sobre um eventual controle da internet se encontra no núcleo da questão da dimensão da cultura democrática contemporânea: é sobre o ciberespaço que será definido a feição de um sistema democrático internacional. Sobre isso, o caso WL também permite constatar a vulnerabilidade do sistema de infraestrutura da internet. O Presidente da Comissão de Segurança Interna do Senado Americano, Senador Joe Liberman conseguiu, de forma extralegal, que a *Amazon* e a *EveryDNS* se negassem a continuar hospedando o WL. No mesmo sentido, outras empresas privadas como *Apple*, *Mastercard*, *Visa* e *Bank of America* tomaram medidas para dificultar a obtenção de recursos financeiros por parte do site (BENKLER, 2011).

O *Wall Street Journal* e a Rede de TV *Al Jazeera* já lançaram sites para receberem delações de ações ilegais ou imorais sobre governos e corporações. Também estão em funcionamento outros sites no mesmo padrão do WL, como o *OpenLeaks*. Todos eles são construídos para garantirem o anonimato das fontes (WALL STREET JOURNAL, 2012). Assim, o princípio básico de transparência defendido pelo WL está se disseminando na mesma proporção em que diminui a esfera independente de atividade dos Estados e das corporações.

No mundo atual se acentua a percepção de que o indivíduo só deve reconhecer valor e legitimidade nas atividades em que pode participar diretamente, sem nenhum tipo de interferência ou de mediação. Isso implica em colocar o mundo político sob o controle e o assentimento moral dos indivíduos, por meio de sua supervisão e participação.

Outras formas de participação certamente se tornarão uma necessidade na mesma proporção em que o indivíduo retirar sua confiança do sistema político tradicional. Essa necessidade é consequência da falta de confiança do sistema de representação e da desilusão individual com sua opacidade essencial. Do ponto de vista do indivíduo contemporâneo, o mundo político representativo é um mundo em que os homens se perdem. A participação

direta é a única maneira de recolocar o plano político sob a custódia do indivíduo. Mas isso implica sempre na suspeita com relação a qualquer tipo de delegação de direitos e de criação de sistemas permanentes de poder. Daí a preocupação do OWS em não constituir um sistema de representação e, portanto, não ingressar no sistema de representação política tradicional.

O desinteresse político que tem caracterizado alguns dos eventos do nosso tempo não significa despolitização dos indivíduos. Pelo contrário, o desinteresse é relativo ao distanciamento das questões políticas do centro de interesse das pessoas: sua própria vida. Os indivíduos serão certamente cada vez mais políticos, embora sob uma modalidade distinta daquela que conhecemos. Se a decadência do plano político tradicional está no nosso horizonte, isso não significa que não haverá mais política. Mas a nova política estará sempre sob a supervisão individual, requerendo seu permanente assentimento e adquirindo mais e mais uma feição psicológica. Ela oscilará de acordo com a maneira individual de ser, adequando-se à emocionalidade e contingência próprias da subjetividade.

Não parece fazer nenhum sentido na sugestão de que o OWS “consolide sua agenda política para não vê-la se diluir na pauta de outros movimentos ou partidos políticos.” (ARAÚJO, 2012, p. 7). A dificuldade em se chegar a uma agenda política não é um defeito dos movimentos políticos da subjetividade contemporânea, ela é a expressão da individualização e da psicologização da política. A chave do movimento é precisamente um “engajamento no nível individual” (SCHECHTER, 2012, p. 87) e não um engajamento de indivíduos no plano político tradicional.

Os movimentos políticos de matriz subjetiva certamente não deixarão rastros no âmbito representativo tradicional, pois são a expressão do esvaziamento da esfera autônoma da política em benefício de uma atividade esporádica, comprometida, direta e individual. Ninguém mais concederá legitimidade a um representante na medida em que se sente em condições de julgar por si mesmo e de tomar suas próprias decisões em cada circunstância particular, segundo seu interesse e sua disponibilidade.

Assim, o encurtamento temporal das atividades políticas e sua oscilação psicológica é uma expressão de sua vinculação íntima ao sujeito e de sua aderência à dimensão subjetiva. Sua aparente superficialidade é, na verdade, expressão de seu profundo enraizamento na vida individual. Os indivíduos não podem se dedicar profissionalmente à política, por isso ela terá que ser realizada de maneira horizontal, interrupta, afetiva e psicológica. A política será cada vez mais parecida com o próprio indivíduo.

A intensificação da cultura democrática conduz à perda gradativa de autonomia de todo aparato vertical que caracteriza as atividades políticas tradicionais. O sistema vertical será achatado e perderá sua autonomia à medida que o indivíduo se reapropriar

das ficções que criou e que, de sua perspectiva, se tornaram ilegitimamente independentes. A subjetividade contemporânea necessita cada vez menos de instâncias que escapem à sua esfera de influência e floresce de maneira autônoma no seu próprio terreno imanente.

Como citar este trabalho: SILVEIRA, R. A. T. O florescimento da subjetividade contemporânea. *Filosofando: Revista Eletrônica de Filosofia da UESB*. Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 131-142, 2015.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. T. da Costa. *Occupy Wall Street e a crítica à representação política americana*. Disponível em [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20120117150026.pdf?PHPSESSID=9787a3b1e70db8e27538927fc3299251](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20120117150026.pdf?PHPSESSID=9787a3b1e70db8e27538927fc3299251) Acessado em 19/06/2012.

BENKLER, Y. Networks of Power, Degrees of Freedom. *International Journal of Communication*, 5, 2011, p. 721–755.

\_\_\_\_\_. *A free irresponsible press: WikiLeaks and the battle over the soul of the networked fourth estate*. Disponível em [http://benkler.org/Benkler\\_Wikileaks\\_current.pdf](http://benkler.org/Benkler_Wikileaks_current.pdf) Acessado em 26/06/2012.

*Carta Aberta para o Governo dos Estados Unidos sobre WikiLeaks, Julian Assange e os princípios fundamentais da democracia e das sociedades transparentes*. Disponível em <http://revolutiontruth.org/downloads/wl-letter/Open%20Letter%20-%20Portuguese.pdf> Acessado em 26/06/2012.

*Collateral Murder, WikiLeaks, Iraq*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=5rXPrfnU3G0> Acessado em 19/06/2012

FEUERBACH, L. *A essência da religião*. Campinas: Papirus, 1841/1989.

HEGEL, G. W. F. *Encyclopédie des sciences philosophiques*. Trad. Bernard Bourgeois. Paris: J. Vrin, 1827/1988.

HOOD, C. From FOI world to WikiLeaks world: a new chapter in the transparency story? *Governance*, 24 (4), 2011, p. 635-638.

JEFFERSON, T. *Memoir, Correspondence, and Miscellanies: From the Papers of Thomas Jefferson*. Charlottesville: Library of the University of California, 1829, v. 4.

JICKLING, M. HOSKINS, S. M. *Finance and the economy: Occupy Wall Street in historical perspective*. Disponível em <http://fpc.state.gov/documents/organization/178216.pdf> Acessado em 19/06/2012.

KIERSEY, N. J. *Occupy Wall Street as immanent critique: why IR theory needs a*

'Mic Check!' Disponível em [http://www.criticalglobalisation.com/issue5/157\\_160\\_IMMANENT\\_CRITIQUE\\_JCGS5.pdf](http://www.criticalglobalisation.com/issue5/157_160_IMMANENT_CRITIQUE_JCGS5.pdf) Acessado em 19/06/2012.

LIPOVETSKY, G. *L'empire de l'éphémère*. Paris: Gallimard, 1987.

LAFER, C. *Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks*. Disponível em <http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Vazamentos-sigilo-diplomacia-a-proposito-do-significado-do-WikiLeaks-Celso-Lafer.pdf> Acessado em 26/06/2012.

NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. Tradução de Antonio Carlos Braga. 3ª Ed. São Paulo: Escala, 1878/s.d.

READINGS, B. *The university in ruins*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SINGEL, R. Immune to Critics, Secret-Spilling Wikileaks Plans to Save Journalism... and the World. *Wired*, July 3. Disponível em <http://www.wired.com/politics/onlinerights/news/2008/07/wikileaks?currentPage=all> Acessado em 19/06/2012.

SCHACKEL, N. *Erros e acertos do Wikileaks*. Disponível em <http://era.org.br/wp-content/uploads/Wikileaks-final-pdf.pdf> Acessado em 26/06/2012.

SCHECHTER, D. *Dissecting Occupy Wall Street*. Disponível em <http://www.coldtype.net/Assets.12/PDFs/0112.Occupy.pdf> Acessado em 19/06/2012.

STEINMETZ, K. F. WikiLeaks and realpolitik. *Journal of Theoretical and Philosophical Criminology*. Vol. 4(1), 2012, p. 14-52.

STERNER, E. *Wikileaks and cyberspace cultures in conflict*. Disponível em <http://www.marshall.org/pdf/materials/931.pdf> Acessado em 19/06/2012

VAN GELDER, S. *How occupy wall street changes everything*. Disponível em <http://www.bkpextranet.com/tceintroduction.pdf> Acessado em 19/06/2012.

WALL STREET JOURNAL. *Wall Street Journal launches WikiLeaks rival*. Disponível em <http://www.google.com/hostednews/afp/article/>